

O BRASIL E O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Autores

Gilberto Rodrigo Moda Alves
Felipe Pompermayer de Melo
Natalia Bossonario
Regina Celia Faria Simoes

1. Introdução

O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado em 1945 e tem como objetivo básico zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional, notadamente por meio da promoção da cooperação e da consulta em assuntos monetários entre os seus 184 países membros. Com exceção de Coréia do Norte, Cuba, Liechtenstein, Andorra, Mônaco, Tuvalu e Nauru, todos os membros da ONU fazem parte do FMI. Juntamente com o BIRD, o FMI emergiu das Conferências de Bretton Woods como um dos pilares da ordem econômica internacional do pós-Guerra. O FMI objetiva evitar que desequilíbrios nos balanços de pagamentos e nos sistemas cambiais dos países membros possam prejudicar a expansão do comércio e dos fluxos de capitais internacionais. O Fundo favorece a progressiva eliminação das restrições cambiais nos países membros e concede recursos temporariamente para evitar ou remediar desequilíbrios no balanço de pagamentos. Além disso, o FMI planeja e monitora programas de ajustes estruturais e oferece assistência técnica e treinamento para os países membros (KRUGMAN; OBSTFELD, p. 557, 2001).

O FMI foi instituído com o objetivo de financiar a reconstrução econômica dos países afetados pela Segunda Grande Guerra, através da proposta de John Maynard Keynes em 1945, na Conferência de Bretton Woods, onde participaram 29 países. Atualmente é o fundo é composto por 184 países membros (FUNDO, 2005).

Todos os países membros possuem cotas com base em seus indicadores econômicos, inclusive o PIB, e é através dessas cotas que se distribui o poder de decisão. O Brasil possui 1,47% de poder decisório do organismo, e está na 17º posição dos cotistas. De acordo com o Quadro 1, os Estados Unidos detém o maior poder de votos do FMI. Logo, todas as decisões do organismo dependem da visão política e econômica dos EUA (FUNDO, 2006)

Quadro 1.

Dez maiores cotistas do Fundo Monetário Internacional

Posição	País Membro	Cotas (milhões DES)	Porcentagem das cotas
1º	Estados Unidos	37.149,30	17,46
2º	Japão	13.312,80	6,26
3º	Alemanha	13.008,20	6,11

4º	Reino Unido	10.738,50	5,05
5º	França	10.738,50	5,05
6º	Itália	7.055,50	3,32
7º	Arábia Saudita	6.985,50	3,28
8º	China	6.369,20	2,99
9º	Canadá	6.369,20	2,99
10º	Rússia	5.945,40	2,79

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2006.

2. Objetivos

O objetivo deste artigo é fazer uma análise da relação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, resgatando o histórico de apoio do Fundo ao país e a nova relação entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional.

3. Desenvolvimento

Para fundamentar este artigo, será usado a pesquisa bibliográfica.

4. Resultados

De 1998 à 2002, relação que havia entre o Brasil e o FMI, consistia na transição para um novo estágio, ainda em via de consolidação. No final de 2003, o então presidente Luis Inácio Lula da Silva decidiu renovar o acordo para que o país pudesse navegar com maior segurança no processo de recuperação da economia e do crescimento, que o novo governo havia iniciado. Os indicadores macroeconômicos, em que pese apresentaram sinais de melhora no final daquele ano, não haviam ainda sofrido uma mudança significativa, que só veio a se confirmar ao longo de 2004 (FAZENDA, 2006).

No ano de 2004, todos os indicadores econômicos apresentaram melhoras. O Brasil bateu recordes nas exportações, proporcionando superávits na balança comercial e na conta corrente; a dívida pública caiu de 57% para 51% em relação ao PIB; a dívida atrelada ao câmbio sofreu uma redução drástica; a inflação foi mantida no âmbito da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional e o país conseguiu realizar o superávit fiscal de 4,25%, definido pelo governo. Esta melhora geral nos indicadores resultou numa redução significativa do risco-país. Foi através dessas significativas melhoras que o governo decidiu não renovar acordo com o FMI no ano de 2005 (FAZENDA, 2006).

Em 2005, a visão que o FMI tinha do Brasil, era que o país obtinha uma economia financeira em melhores condições, se comparado à crise financeira do ano de 2002, já que houve uma significativa redução da relação entre dívida, PIB e controle da inflação, mas solicitou às autoridades para manterem a inflação sob controle. Esta melhora na economia só se fez significativa devido ao aumento das exportações e da demanda doméstica. Mesmo o Brasil se encontrando em um melhor patamar, ainda havia possibilidades de obter um empréstimo preventivo, pois no fim do mês de março vencia o prazo do acordo, porém isso não

aconteceu.

A NOVA RELAÇÃO ENTRE O BRASIL E O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Esta não renovação do acordo foi considerada uma vitória política importante do Brasil, que pôde mostrar aos organismos internacionais que a economia do país estava então se equilibrando e que já poderia "andar sozinho", sem o monitoramento de órgãos externos. Assim, o Brasil recuperou sua credibilidade internacional, o que proporcionou ao país uma maior chance de investimentos estrangeiros, resultando em mais empregos e empréstimos em melhores condições. Sem o FMI, é possível uma mudança nas metas fiscais, que poderá liberar mais recursos para investimentos, já que com o último acordo, estabeleceu-se que o superávit primário do Brasil deveria ser de 4,25% do PIB e havia a possibilidade de cair ainda mais o risco-Brasil, fato que ocorreu no início de 2006 (FAZENDA, 2006).

Assim, a relação do Brasil com o FMI muda, pois o Brasil não fará mais empréstimos e também não precisará mais convencer o Fundo que a economia está no caminho certo, e assim, a relação entre estes se distanciam. Ainda assim, o Brasil deverá pagar US\$ 8,2 bilhões em 2005, US\$ 9,26 bilhões em 2006 e US\$ 9,16 bilhões em 2007, e conseqüentemente, poderia ocorrer do FMI continuar acompanhando os rumos do Brasil (FAZENDA, 2006).

Porém, em dezembro de 2005, foi acordada uma antecipação no pagamento da dívida externa de US\$ 15,57 bilhões que venceriam até o final de 2007. Com esta antecipação de pagamento, segundo Antonio Palocci (ex-ministro da Fazenda), o país economizaria US\$ 900 milhões em juros. Com isso, o processo de redução da dívida pública será acelerado, as novas contratações de empréstimos ocorrerão com prazos maiores e juros menores, potencializam-se os investimentos e os juros internos tenderão a cair com maior intensidade. A sociedade será a principal beneficiada de toda essa conjuntura. Com a melhora geral das condições da dívida pública abrir-se-á uma porta importante para que a própria carga tributária seja reduzida de forma responsável e progressiva, aliviando os trabalhadores e o setor produtivo de parte do peso dos impostos. Para o FMI, se este mantivesse o Brasil sobre acordo, seria muito mais vantajoso, pois o país seguiria suas recomendações, sendo seu subordinado (MRE, 2006).

No início de 2006, o risco-país caiu mais de 3% devido ao anúncio de resgate dos "*bradies*", que são títulos que foram emitidos pelo Brasil para refinarçar os contratos rompidos nos anos 80, mostrando uma maior estabilidade econômica. O chefe da missão do FMI, Charles Collyns, esteve no Brasil em março de 2006 e avaliou o país de forma otimista, prevendo um crescimento forte na economia neste ano. Também disse estar confiante na maneira como os governantes estão conduzindo o país e a confiança que está sendo refletida no desempenho da economia, levando em conta o principal ponto de vista econômico, que é a continuação da disciplina fiscal, o que já está acontecendo. O que caracterizava esse novo estágio era o seguinte: as condicionalidades tradicionais, impostas pelo Fundo, foram completamente internalizadas, expressando-se em leis brasileiras e coincidindo com opções internas de política econômica. O superávit

primário, que era de 3,75% do PIB no governo de Fernando Henrique, foi aumentado por Lula para 4,25%, enquanto os gastos sociais, que correspondiam a 2,59% do PIB, foram reduzidos para 2,45%, essas decisões não dependiam mais de negociações com o Fundo, pois foram incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que está em vigor até este ano (2006); a adoção de políticas monetárias contracionistas era uma decorrência natural do regime de metas de inflação, considerado parte essencial do modelo macroeconômico adotado por nosso governo, a plena mobilidade de capitais estava assegurada pela autonomia de fato do Banco Central, chefiado por Henrique Meirelles, um homem de confiança do sistema financeiro internacional; o governo Lula havia anunciado que queria colocar em lei essa autonomia, de modo a torná-la permanente. (CANZIAN, 2006).

O FMI afirma que o Brasil e demais países da América Latina podem sofrer com uma queda na demanda mundial por *commodities* e que "uma deterioração no ambiente financeiro global representa um risco elevado dado o atual nível de endividamento".

O Fundo também recomendou novas reformas para tornar o "ambiente de negócios" mais favorável a investimentos no país.

"A questão central agora é realizar reformas para tornar o Brasil mais competitivo. Isso inclui o setor financeiro, para reduzir os enormes "spreads" nas taxas de juro, e baixar os custos para a abertura de negócios", disse o economista-chefe do Fundo, o indiano Raghuram Rajan. (CANZIAN, 2006).

O Brasil recebeu apoio do FMI pela primeira vez no ano de 1980. O Fundo ajudou na área financeira para que o país pudesse cumprir seus programas de ajustes econômicos, que foram monitorados pelo mesmo.

Mais recentemente, em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a economia quebrou por conta da política cambial desastrosa que vinha sendo adotada. Em 2002, o Brasil precisou novamente pedir ajuda do FMI, devido às crises de confiança, que resultou ao país, ter que obter dólar externo para cumprir com seus objetivos. Muitos dos líderes econômicos não concordavam que países com problemas financeiros, como o Brasil, recebessem ajuda.

HISTÓRICO DOS APOIOS DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL AO BRASIL

Acordos com o FMI	Valor do acordo, em US\$ bilhões	Montante sacado, em US\$ bilhões	Saldo devedor atual, em US\$ bilhões
Setembro/2002	41,339	25,973	21,163
Setembro/2001	18,339	17,193	1,421
Dezembro/1998	19,668	14,301	0,604

Fonte: Ministério da Fazenda

5. Considerações Finais

Podemos concluir que o Brasil deixou de crescer a partir de 1980 em razão da crise do modelo de desenvolvimento. O país deixou de ter suas próprias estratégias para garantir a estabilidade macroeconômica e para se tornar mais competitivo internacionalmente.

A partir do momento que o Brasil começou a ter uma visão de que sua inserção no sistema global só seria possível por meio de uma política ativa de garantia da estabilidade macroeconômica e de elevados superávits comerciais, o país tomou um novo caminho.

Referências Bibliográficas

CANZIAN, F. FMI alerta Brasil sobre gasto em ano eleitoral. Folha de São Paulo, São Paulo. 20 abr. 2006. Dinheiro.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: www.imf.org. Acesso em 02 jun. 2006.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia Internacional: Teoria e Política. São Paulo: Makron Books, 2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em : www.fazenda.gov.br. Acesso em: 02 jun. 2006.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 02 jun. 2006.